

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ-GO.

PREGÃO ELETRÔNICO 003/2025

PROCESSO No: 508/2025

OBJETO: Contratação de serviços de limpeza, conservação e higienização e Copeiragem no edifício-sede da Câmara Municipal de Jataí, localizada na Praça da Bandeira, 96 – Centro – Jataí-GO, bem como em seus bens móveis.

RECURSO ADMINISTRATIVO

C J F ARAUJO FACILITIES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 41.926.459/0001-06, estabelecida Rua Bougainville Nº 61 Quadra 03 Lote 46 Box 10 CEP 75.250-050, Jardim Sabia - Senador Canedo-GO, neste ato representada por sua Administradora, CRISTIANE JORGE FERNANDES ARAUJO, inscrito no CPF sob o nº 021.835.291-30 vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, nos termos do Capítulo II, da Lei nº 14.133/2021, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** CONTRA DECISÃO DO PREGOEIRO em CLASSIFICAR a proposta da licitante arrematante **QUALITY PRESTADORA LOCACOES E COMERCIO LTDA** conforme as razões em anexo.

Requer seja recebido o presente recurso no seu efeito suspensivo, e que haja o devido juízo de retratação por parte do Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Não havendo retratação da decisão por parte da Comissão, requer seja o recurso remetido à Autoridade Superior, para o devido julgamento, nos termos da lei.

1. DA SÍNTESE FÁTICA

O presente recurso visa a desclassificação da proposta apresentada pela empresa **QUALITY PRESTADORA LOCACOES E COMERCIO LTDA** no certame licitatório em questão. A proposta da referida empresa contém falhas substanciais nos cálculos de custos, que comprometem toda a sua viabilidade financeira, especialmente no que diz respeito ao descumprimento das disposições da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

Algumas falhas observadas são as seguintes:

- **Cálculo incorreto do salário:** A empresa não observou as disposições da Convenção Coletiva da categoria, gerando um cálculo errôneo da remuneração dos empregados. O salário base segundo a convenção para essa categoria deve ser de R\$ 1601,55.
- **Cálculo incorreto dos encargos:** Os cálculos dos encargos sociais do INSS (Lei nº 8.212/1991 e Decreto nº 3.048/1999) e do FGTS (Lei nº 8.036/1990 e Decreto nº 99.684/1990) foram feitos de forma incorreta, resultando em valores inferiores aos devidos, uma vez que o salário base utilizado para cálculo, está menor.
- **Insalubridade:** A proposta considera o adicional de insalubridade em 20%, quando, conforme a Convenção Coletiva, o percentual correto é de 40% (Art. 189 e 192 da Consolidação das Leis do Trabalho):

Art. 192 da CLT:

“O exercício de trabalho em condições insalubres [...] assegura ao trabalhador a percepção de adicional [...] de:

I - 40%, se grau máximo;

II - 20%, se grau médio;

III - 10%, se grau mínimo

Além disso a NR-15 (Portaria MTB nº 3.214/1978) define os agentes nocivos e critérios técnicos para caracterização e grau de insalubridade e a Convenção Coletiva do Trabalho - SEACONS 2025 considera **Grau Máximo para quem faz uso de saneantes**.

- **Provisionamento de férias e 13º salário:** Não foram provisionados corretamente os valores correspondentes a férias e 13º salário, itens obrigatórios conforme a legislação trabalhista, pois mais uma vez, o salário base utilizado está incorreto.
- **Vale Alimentação (VA):** O valor diário de R\$ 25,00 estipulado na CCT para o fornecimento de vale alimentação foi substituído por cesta básica, sem a menor previsão legal.

A partir de 01º de janeiro de 2025, o auxílio alimentação que trata a Cláusula Terceira Caput e Parágrafos Primeiro e Segundo da CCT passou de R\$ 20,00 (vinte reais) para R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) para qualquer dia trabalhado cuja a jornada seja acima de 06h (seis horas) inclusive aos sábados, e somente será devido nos dias efetivamente trabalhados. Vejamos:

Parágrafo Primeiro. Fica facultado às empresas que aderirem ao PAT, o pagamento do Auxílio Alimentação, em tíquete alimentação ou tíquete refeição exclusivamente em vales ou cartão magnético, ou a refeição propriamente dita entregues em refeitório que atendam às exigências do atual Ministério da Economia, vedado a entrega de marmitas ou marmitex, pagos por dia trabalhado no valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) limitados a 22 (vinte e dois dias) no mês passando de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) mensal para R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) a ser pago ou entregue no 25º (vigésimo quinto) dia do mês subsequente.

Tais erros comprometem a integridade da planilha de custos apresentada pela empresa, e, conseqüentemente, a proposta como um todo, sendo completamente inaceitável por esta administração.

2. DO DIREITO: JURISPRUDÊNCIA DO TCU E A NOVA LEI DE LICITAÇÕES (Lei nº 14.133/2021)

Em consonância com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), as propostas que contêm erros grosseiros na composição dos custos, que comprometem a viabilidade econômica e financeira do contrato, são passíveis de desclassificação. O TCU, em reiteradas decisões, tem determinado a desclassificação de propostas que apresentem falhas evidentes no cálculo de custos e que não atendam aos requisitos do edital e da legislação aplicável.

Em decisão recente, o TCU se manifestou no Acórdão nº 3056/2017, reafirmando que:

"A proposta que contém erro evidente nos cálculos de custos, afetando a sua viabilidade econômica e financeira, deve ser desclassificada, uma vez que compromete o equilíbrio do certame e fere os princípios da isonomia e da competitividade, insculpidos no artigo 37, caput, da Constituição Federal."

Além disso, a nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, reforça a necessidade de que as propostas apresentadas em certames licitatórios observem rigorosamente as condições estabelecidas no edital e na legislação pertinente. O artigo 48, § 3º, da referida Lei dispõe que:

"Quando houver erro evidente nos cálculos que comprometa a planilha de custos apresentada, a proposta será desclassificada."

Este dispositivo legal é claro ao estabelecer que, em caso de erro na composição de custos, especialmente no que tange a cálculos incorretos de encargos sociais, insalubridade, benefícios e remuneração, a proposta deve ser desclassificada, considerando a necessidade de garantir a veracidade das informações apresentadas no processo licitatório.

Ademais, o artigo 50 da mesma Lei estabelece a responsabilidade do contratado em cumprir integralmente as obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive aquelas que envolvem a remuneração dos empregados e os encargos sociais, conforme segue:

"O contratado deverá observar rigorosamente as normas legais e regulamentares, especialmente as que envolvem a remuneração dos

empregados e os encargos sociais, sob pena de rescisão contratual e de desclassificação em novos certames." (Art. 50, § 1º, da Lei nº 14.133/2021)

3. DA GRAVIDADE DOS ERROS E O IMPACTO FUTURO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O erro na composição de custos da licitante não é uma falha meramente técnica ou um simples equívoco na planilha de custos. Estamos tratando de um erro grotesco, que reflete um desrespeito à legislação trabalhista, a convenção coletiva e ao próprio edital, e que pode acarretar sérios prejuízos para a Administração Pública ao longo da execução do contrato. A seguir, destacamos os principais riscos associados a esses erros:

Risco de inadimplemento contratual: A proposta da arrematante está subdimensionada em relação aos custos reais da execução do contrato. Ao desconsiderar elementos essenciais como a correta composição dos encargos trabalhistas, insalubridade, férias e 13º salário, a contratada poderá, no futuro, enfrentar dificuldades financeiras para cumprir suas obrigações contratuais. Isso pode resultar em inadimplemento, com impactos diretos na continuidade da prestação dos serviços e na necessidade de rescisão contratual, o que acarretaria um elevado custo à Administração.

Risco de desequilíbrio econômico-financeiro: A incorreção na planilha de custos resulta em um valor global subdimensionado, levando a Administração a acreditar que o contrato pode ser executado por um valor inferior ao necessário. Este desequilíbrio financeiro pode gerar a necessidade de aditivos contratuais com aumento de valores, o que comprometeria o planejamento orçamentário da Administração Pública e poderia, inclusive, violar o princípio da economicidade.

Risco de insegurança jurídica: Ao permitir que uma proposta com tais falhas seja aceita, a Administração Pública pode incorrer em vícios que, futuramente, podem ser questionados judicialmente, seja pela própria contratada, seja por outras empresas que se sintam prejudicadas no certame. A possibilidade de revisão do contrato por erro substancial compromete a segurança jurídica do processo e aumenta o risco de litígios.


Desrespeito aos princípios da legalidade, isonomia e moralidade: A aceitação de uma proposta com falhas tão evidentes contraria os princípios constitucionais da Administração Pública, principalmente os princípios da legalidade, isonomia e moralidade administrativa, previstos no artigo 37 da Constituição Federal. Esses princípios exigem que todos os participantes do certame sejam tratados de forma igualitária e que as propostas sejam analisadas de forma a garantir que o processo seja conduzido de acordo com a legislação e as condições previstas no edital.

4. PEDIDOS

É imperioso que a Comissão de Licitação atente para a gravidade desse erro. Trata-se de um erro grosseiro, que não poderia passar despercebido, e que, se não for corrigido neste momento, poderá gerar consequências danosas para a Administração Pública. A aceitação de uma proposta com erros tão evidentes não só fere a legislação, mas também prejudica a transparência e a lisura do processo licitatório, colocando em risco a execução de um contrato que deveria ser realizado com plena observância das condições mínimas estabelecidas no edital.

Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência:

1. Que seja desclassificada a proposta da arrematante **QUALITY PRESTADORA LOCACOES E COMERCIO LTDA**, com fundamento no artigo 48, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, e nas decisões do TCU, que determinam a desclassificação de propostas com vícios substanciais nos cálculos de custos.
2. Que as propostas subsequentes sejam analisadas corretamente, a fim de evitar uma nova fase recursal e o prolongamento desnecessário do certame.

Documento assinado digitalmente
 CRISTIANE JORGE FERNANDES ARAUJO
Data: 08/05/2025 14:58:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CRISTIANE JORGE FERNANDES ARAUJO
CPF: 021.835.291-30
CJF ARAUJO FACILITIES